

EDITAL

O MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, por intermédio do **DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES** da **SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

PE: 032/2026 - SRP: 024/2026 90032/2026 – Comprasgov TIPO: MENOR PREÇO	Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas: Até 08 h 59 min do dia 03/07/2026 Início da sessão / disputa de lances: 09 h 00 min do dia 03/07/2026 Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.
---	--

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços, por um período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual aquisição de **72 (SETENTA E DOIS) KITS DE MESAS SEXTAVADAS COM 6 (SEIS) CADEIRAS ESCOLARES, destinados às unidades de ensino da rede municipal.**

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente processo licitatório é de R\$ 225.650,16 (duzentos e vinte e cinco mil, seiscentos e cinquenta reais e dezesseis centavos).

3 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações Compras.gov. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/>, <https://paranagua.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais#conteudo>.

Os trabalhos serão conduzidos pelo pregoeiro Anderson Luiz Fernandes e equipe de apoio, designadas pelo Decreto Municipal n.º 1.203/2025, servidores do Município de Paranaguá:

- **E-mails:** anderson.fernandes@paranagua.pr.gov.br e cpl@paranagua.pr.gov.br
- **Telefones:** (41) 3721-1810 – ramal 2
- **Endereço:** Rua Júlia da Costa, 322, Centro Histórico – CEP 83.203-060, Paranaguá / Paraná
- **O atendimento será feito no horário das 08h30min às 11 h e das 13h30min às 17h59min.**

4 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

4.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 4.319/2023, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, por e-mail indicado no item 3 ou em campo específico no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

As respostas ficarão disponíveis no Portal da Transparência do Município: <https://paranagua.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais#conteudo>.

4.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico,

observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

4.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no Portal da Transparência do Município: <https://paranagua.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais#conteudo>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso aos autos via sistema.

5 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

5.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

5.2 É vedada a participação do órgão ou entidade em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade da ata decorrente da presente licitação, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital.

5.3 A licitação será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, pelo Decreto Municipal nº 4.319/2023, pela Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1 Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor máximo do unitário, fixado no Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital.

2.1.1 Os valores que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) do(s) lote(s), nesta fase, serão desclassificados, salvo na hipótese de critério de maior desconto com possibilidade de lances negativo, conforme o previsto no § 3.º do Art. 81 do Decreto Municipal nº 4.319/2023.

2.2 O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de **MENOR PREÇO**.

2.3 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) do(s) lote(s), nesta fase, serão desclassificados.

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

4 PROPOSTA PARCIAL:

4.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

5 NÃO HAVERÁ RESERVA DE LOTES PARA ME E EPP:

5.1 A contratação será conduzida **em lote único**, representando a totalidade dos 72 kits, com fundamento no **princípio da economicidade**, da **eficiência administrativa** e na **vedação ao fracionamento indevido da despesa**, conforme os artigos. 18, 40 e 42 da **Lei nº 14.133/2021**, nos termos de que dispõe o item 13 do ETP.

6 AMOSTRA:

6.1 Não será exigida do arrematante amostra do(s) objeto(s) licitado(s), na forma do item 1.5 do Termo de Referência (Anexo I).

7 GARANTIA:

7.1 Não será exigida garantia contratual, na forma da cláusula 12 da Minuta de Contrato (Anexo VII).

8 CONSÓRCIO:

8.1 Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

9 ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;

- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI – Órgãos/Entidades Participantes e Locais de Entrega;
- Anexo VII – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- Anexo VIII – Minuta de Contrato Administrativo;
- Anexo IX – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP.
- Anexo X – Declaração LGPD.
- Anexo XI – Regramento para elaboração do programa de integridade.

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Governo Federal, na página <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.2 O pregão será conduzido por servidor público denominado pregoeiro, mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração do Municipal <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.3 O pregoeiro exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto Municipal n.º 4.319/2023.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração do Município de Paranaguá, conforme instruções que podem ser obtidas na página <https://www.gov.br/compras/pt-br> ou, ainda, por meio do telefone **0800.978.9001** (suporte técnico).

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração do Município de Paranaguá implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 1 - Das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade municipal, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas neste edital;

3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas observados o prazo e os critérios de disputa estabelecidos neste edital.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003- CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário e total do lote;

4.1.2 Marca;

4.1.3 Fabricante;

4.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.6 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1 será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$100,00

5.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo (menor preço ou maior desconto) e os das ofertas com preços até 10 (dez) por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores (menor preço ou maior desconto).

5.12.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.

5.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 critério de julgamento adotado será o *menor preço (ou maior desconto)*, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação

com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006-

5.21 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.22 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.23 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.26 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.28.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.28.3 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

5.29 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Art. 92 e 93 do Decreto Municipal n.º 4.319/2023.

6.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V da citada Instrução, sob pena de desclassificação.

6.3 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.6 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas úteis, sob pena de não aceitação da proposta.

6.6.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.6.3 Para esta contratação, em decorrência do valor dos itens, a administração julga não ser viável a exigência de amostras na fase externa, entretanto, é indispensável que o arrematante forneça toda documentação comprobatória necessária para a correta avaliação dos itens, de modo que não haja dúvida em relação a sua capacidade de atendimento ao descritivo.

6.6.3.1 São exemplos de documentos que poderão ser solicitados: CATÁLOGO DO PRODUTO ORIGINAL DO FABRICANTE, MANUAL DE INSTRUÇÕES, FOTOS, VÍDEOS, dentre outros.

6.6.3.1.1 CATÁLOGO DO PRODUTO, original, próprio do fabricante contendo: especificações técnicas do produto, sem deixar qualquer dúvida por ocasião da análise técnica e informações necessárias para avaliar se o material ofertado atende as exigências do edital.

6.6.3.2 Em caso de necessidade de entrega de um item/catálogo em substituição a um já homologado, por força de não fabricação ou outra necessidade não descrita, o mesmo item deverá passar novamente por avaliação de forma a garantir que os novos produtos se mantenham em atendimento ao Edital, mesmo que seja superior ao adquirido;

6.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.8 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.9.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.10 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

6.12 Atender as demais condições estabelecidas no Termo de Referência.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto, até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Município de Paranaguá, desde que os referidos

documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

8.1.2 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

8.1.2.1 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o pregoeiro desclassificará a proposta.

8.1.3 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.4 Os preços deverão ser cotados em reais, com até **duas casas decimais** após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2 Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

9.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do sistema, e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2 A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo pregoeiro.

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no Portal da Transparência do Município: <https://paranagua.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais#conteudo>.

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo pregoeiro à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

11 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 Homologada a licitação pela autoridade competente, o Município de Paranaguá convocará o(s) adjudicatário(s) para assinar a Ata de Registro de Preços, por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez, pelo mesmo prazo, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

11.1.1 O não atendimento à convocação, a recusa ou o silêncio do adjudicatário convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços, implicará desclassificação do certame, sem prejuízo das sanções previstas em lei e no item 13 deste Edital.

11.2 Será incluído na Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com os preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, nos termos de que dispõe §4º do Art. 298, com objetivo da formação de cadastro reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, observadas as condições previstas neste Edital, e nos termos do disposto nos incisos II, IV e V do art. 305, no inciso III do art. 306, e no art. 311, todos do Decreto Municipal nº 4.319/2023.

11.2.1 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do §5.º do Art. 298 do Decreto Municipal nº 4.319/2023, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.3 O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas ou no Diário Oficial dos Municípios, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, e ter seus quantitativos renovados nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, combinado com o art. 299 do Decreto Municipal nº 4.319/2023.

11.4 Os licitantes reconhecem, desde já, que a assinatura da Ata de Registro de Preços, do(s) Contrato(s), ou retirada(s) da(s) nota(s) de empenho emitidas (ou documento equivalente), representam compromisso entre as partes, submetendo-as ao cumprimento do objeto licitado, nos prazos e condições constantes neste Edital e na legislação vigente.

11.5 No interesse da Administração, e em conformidade com o art. 314 do Decreto Municipal nº 4.319/2023, será possível a adesão à Ata de Registro de Preços, **conforme previsto no Anexo VII deste Edital**.

11.6 Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, o vencedor do certame deverá estar credenciado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e apresentar comprovação das condições de

habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo adjudicatário durante a vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato.

11.7 A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Municipal n.º 4.319/2023, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Decreto Municipal.

11.7.1 A revisão e a atualização dos preços registrados, na Ata depende de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

11.7.2 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA/IBGE, acumulado nos últimos 12 meses, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

11.7.2.1 O reajuste deverá ser requerido pelo contratado do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

11.7.2.2 O transcurso do período citado no item 11.7.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

12. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

12.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

12.2 Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Portal da Transparência do Município de Paranaguá, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

12.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao cadastro do CEIS (Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas) pode ser consultado no Portal da Transparência do Governo Federal.

12.4 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 12.2 e 12.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e no Decreto Municipal nº 4.319/2023, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

12.4.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

12.4.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 12.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

12.5 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

12.6 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira.

12.7 O pagamento será mediante apresentação da nota fiscal detalhada, acompanhada das respectivas ordens de autorizações, devidamente atestada pelo(a) Secretário(a) Municipal requisitante e pelo(a) fiscal de contrato, observado os termos do Decreto Municipal nº 683/2018, dentro de 30 (trinta) dias após o encaminhamento da mesma através de crédito em conta-corrente à agência bancária, constantes na proposta de preços do PROMITENTE FORNECEDOR.

12.7.1 É de responsabilidade da Contratada a emissão da Nota Fiscal compatível com o objeto da presente licitação. Em caso de divergência entre o objeto desta licitação e a Nota Fiscal, todas as responsabilidades e possíveis custos gerados com a adequação do documento ficarão a cargo da CONTRATADA, e o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da

data da apresentação da Nota Fiscal correta, caso em que não será devida nenhuma atualização financeira.

12.7.2 A Prefeitura Municipal de Paranaguá reserva o direito de não atestar a Nota Fiscal/Fatura para o pagamento caso os materiais fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências contidas neste Edital e seus anexos

12.8 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa
anual = 6%.

12.9 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

13 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto Municipal n.º 4.319/2023, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

13.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Municipal 4.319/2023;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Municipal 4.319/2023;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Municipal 4.319/2023;

13.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Municipal 4.319/2023.

13.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública Municipal, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

13.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impõe a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

13.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

13.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto Municipal n.º 4.319/2023. e na Lei n.º 14.133/2021.

13.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto Municipal n.º 4.319/2023.

13.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013.

13.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas.

14 DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

14.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

14.3 É facultado ao pregoeiro a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

14.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

14.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

14.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

14.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O pregoeiro, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

14.8 O pregoeiro poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

14.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

14.10 O foro é o da Comarca de Paranaguá/PR, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

Paranaguá, 18 de junho de 2026.

Thiago Casas do Nascimento

Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral

Decreto 1443/2025

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

1.1. A educação representa um alicerce fundamental para o desenvolvimento social, econômico e cultural de qualquer comunidade. Em Paranaguá, a Secretaria Municipal de Educação tem como meta central proporcionar um ambiente de ensino organizado e acessível a todos os alunos e educadores da rede pública. A presente **Etapla Técnica Preliminar (ETP)** tem por objetivo apresentar os elementos técnicos e justificativos necessários à abertura do processo licitatório destinado à **aquisição e/ou adesão de mobiliários escolares para salas de aula** da rede de ensino.

A elaboração deste documento visa subsidiar a tomada de decisão administrativa quanto à viabilidade técnica e econômica da contratação, bem como assegurar que a escolha da solução atenda às necessidades pedagógicas, ergonômicas e de segurança exigidas para o ambiente escolar, observando-se os princípios da eficiência, economicidade e transparência que regem a administração pública.

A iniciativa fundamenta-se na necessidade de **substituição e/ou complementação do mobiliário existente**, tendo em vista o desgaste natural decorrente do uso contínuo e o aumento da demanda por vagas escolares, o que exige adequação do espaço físico para garantir conforto, funcionalidade e condições adequadas de aprendizagem aos estudantes e professores.

Esta ETP foi elaborada em conformidade com o disposto na **Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos)**, bem como nas demais normas aplicáveis, buscando identificar as melhores opções disponíveis no mercado, com especificações técnicas que assegurem durabilidade, qualidade e compatibilidade com o uso educacional.

2. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

2.1. A presente demanda surgiu a partir do **levantamento realizado junto às unidades escolares** da rede de ensino, o qual apontou a necessidade de **aquisição e/ou reposição de mobiliários para salas de aula**. O diagnóstico foi conduzido com base em relatórios encaminhados pela equipe gestora das escolas, inspeções in loco e registros administrativos que evidenciaram a **insuficiência e o desgaste do mobiliário existente**.

Verificou-se que parte significativa das carteiras e cadeiras, encontra-se em estado inadequado de conservação, comprometendo o conforto e a segurança dos alunos, além de prejudicar a organização e a estética do ambiente escolar. Em algumas unidades, constatou-se também o **aumento da demanda de matrículas**, o que exige a ampliação do número de conjuntos escolares disponíveis.

Dessa forma, a necessidade de contratação visa **garantir a adequação dos espaços de aprendizagem**, de modo a promover melhores condições para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, atendendo aos padrões de qualidade e ergonomia definidos pelos órgãos competentes, em especial aqueles preconizados pelo **FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação)** e pela **ABNT** para mobiliário escolar.

A identificação da demanda, portanto, decorre de **necessidade real, mensurável e comprovada**, sendo imprescindível à manutenção do pleno funcionamento das unidades de ensino e à oferta de um ambiente educacional seguro, confortável e adequado ao processo de ensino e aprendizagem.

3. DESTINAÇÃO

3.1. Os itens objeto desta contratação destinam-se ao **equipamento e adequação das salas de aula** das unidades escolares da rede de ensino, abrangendo tanto escolas urbanas quanto rurais, conforme levantamento de necessidades realizado pela Secretaria de Educação.

O mobiliário adquirido será utilizado para **substituir peças danificadas, ampliar o número de conjuntos disponíveis e assegurar condições adequadas de uso pedagógico** em consonância com o número de alunos matriculados em cada unidade.

Entre os itens a serem adquiridos, destacam-se:

- **Conjuntos aluno** (carteira sextavada e cadeira) – destinados ao uso individual dos estudantes em sala de aula, respeitando as normas de ergonomia e segurança aplicáveis;

A destinação dos itens prioriza a **melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas**, contribuindo para a criação de ambientes mais confortáveis, funcionais e propícios à aprendizagem. A distribuição será feita de forma **planejada e proporcional**,

de acordo com as demandas específicas de cada unidade, observando-se critérios de equidade, necessidade e estado atual do mobiliário existente.

4. NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação em questão justifica-se pela **necessidade de garantir condições adequadas de funcionamento das salas de aula**, assegurando conforto, segurança e qualidade no processo de ensino e aprendizagem. O mobiliário escolar é elemento essencial para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, devendo atender a padrões ergonômicos, de durabilidade e de segurança estabelecidos por normas técnicas específicas.

O **levantamento realizado pela Secretaria de Educação**, em conjunto com as equipes gestoras das unidades escolares, apontou **carência significativa de mobiliário** em diversas escolas, seja pela ampliação do número de turmas e alunos, seja pelo **desgaste e inutilização de conjuntos já existentes** devido ao uso prolongado. Tal situação tem comprometido a organização das salas de aula e o conforto dos usuários, exigindo providências imediatas para reposição e complementação dos itens necessários.

Além do aspecto físico e funcional, a aquisição de novos mobiliários contribui diretamente para a **melhoria do ambiente escolar**, promovendo maior bem-estar, concentração e desempenho dos estudantes. Também atende às diretrizes pedagógicas que visam à criação de espaços educativos mais inclusivos, flexíveis e atrativos, capazes de favorecer metodologias ativas de ensino.

A contratação busca ainda **otimizar o uso dos recursos públicos** por meio de processo licitatório que assegure a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e transparência previstos na **Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos)**.

Dessa forma, a presente aquisição é **necessária e plenamente justificada**, uma vez que visa suprir uma demanda concreta, recorrente e essencial para a continuidade das atividades educacionais, garantindo a integridade e a funcionalidade do mobiliário escolar das unidades da rede de ensino.

5. INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO

00036

A presente contratação está alinhada aos **instrumentos de planejamento da Secretaria de Educação** e às metas estabelecidas no **Plano Plurianual (PPA)**, na **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** e na **Lei Orçamentária Anual (LOA)**, que preveem investimentos voltados à **melhoria da infraestrutura física e pedagógica das unidades escolares**.

Consta nas diretrizes de gestão educacional o compromisso de **assegurar ambientes adequados e acessíveis ao ensino de qualidade**, por meio da modernização e reposição do mobiliário escolar, promovendo o conforto, a ergonomia e a segurança de alunos e profissionais da educação.

A demanda também está contemplada no **Plano Municipal de Educação**, que prevê, entre suas metas, a **garantia de condições materiais e estruturais para o pleno desenvolvimento das atividades pedagógicas**. A aquisição dos mobiliários integra, portanto, as ações de **planejamento estratégico da rede de ensino**, voltadas à valorização do espaço escolar como ambiente de aprendizagem e socialização.

A execução orçamentária para esta contratação será realizada com recursos provenientes de **dotação específica da Secretaria de Educação**, conforme previsão constante no orçamento vigente, observando-se a classificação orçamentária pertinente e as normas aplicáveis à execução de despesas com bens permanentes.

Dessa forma, a presente ETP fundamenta-se em **planejamento prévio e coerente com as políticas públicas educacionais e os instrumentos legais de gestão orçamentária**, atendendo ao disposto no artigo 18 da **Lei nº 14.133/2021**, que determina a obrigatoriedade de vinculação da contratação aos instrumentos de planejamento da Administração Pública.

6. MODALIDADE DE LICITAÇÃO

Considerando a natureza do objeto, o valor estimado da contratação e o disposto na **Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos)**, a modalidade de licitação mais adequada para o presente processo é o **Pregão**, preferencialmente na **forma eletrônica**, por se tratar da aquisição de **bens comuns**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital e nos anexos, mediante especificações usuais de mercado.

O **Pregão Eletrônico** permite maior **amplitude de participação, competitividade e transparência**, além de proporcionar ganhos de economicidade à Administração Pública, atendendo aos princípios da eficiência e da busca da proposta mais vantajosa. A adoção dessa modalidade também está em conformidade com o **Decreto Federal nº 10.024/2019**, que regulamenta o pregão na forma eletrônica, e com as orientações dos órgãos de controle quanto à priorização do meio digital nas contratações públicas. Assim, a modalidade proposta — **Pregão Eletrônico** — mostra-se a mais adequada para atender à demanda de aquisição de mobiliários escolares, conciliando **agilidade, economia, transparência e segurança jurídica** ao processo licitatório.

7. CARACTERIZAÇÃO DE FORNECIMENTO IMEDIATO

A presente contratação deverá ocorrer de forma **imediata**, em razão da **necessidade urgente de adequação das salas de aula** das unidades escolares da rede de ensino, visando garantir o pleno início e continuidade das atividades pedagógicas.

O levantamento realizado pela Secretaria de Educação identificou que diversas escolas apresentam **déficit de mobiliários e danos em equipamentos já existentes**, o que compromete o conforto, a segurança e a funcionalidade dos espaços educacionais. Essa situação exige **providências céleres**, de modo a evitar prejuízos ao processo de ensino e aprendizagem.

A contratação imediata justifica-se ainda pela **proximidade do início do próximo ano letivo** e pela **demand crescente de matrículas**, fatores que tornam imprescindível a reposição e a aquisição de novos conjuntos escolares para atender à comunidade estudantil.

Dessa forma, propõe-se que a contratação seja realizada de forma **prioritária e em caráter de urgência administrativa**, observando-se, contudo, todas as etapas legais e procedimentais previstas na **Lei nº 14.133/2021**, assegurando transparência, isonomia e economicidade.

A adoção dessa medida visa **garantir a continuidade e a qualidade do serviço público educacional**, atendendo a uma necessidade imediata, concreta e inadiável da rede de ensino, relacionada à infraestrutura básica das salas de aula.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades foi elaborada com base no **levantamento realizado junto às unidades escolares** da rede de ensino, considerando o número de salas de aula em funcionamento, a média de alunos por turma, o estado de conservação do mobiliário existente e as demandas de ampliação identificadas para o próximo período letivo.

Foram consolidadas as informações encaminhadas pelos gestores escolares e pelos setores de infraestrutura e patrimônio, de modo a refletir a **necessidade real e atualizada** de cada unidade, garantindo que a aquisição atenda de forma equilibrada e eficiente às demandas do conjunto da rede.

A estimativa contempla tanto a **reposição de mobiliários danificados ou inservíveis** quanto a **ampliação do quantitativo necessário para atender novas turmas e escolas em fase de expansão**.

Item	Descrição
01	Kits de Mesas Sextavadas com 6 cadeiras cada.

9. LEVANTAMENTO DE MERCADO

9.1. O levantamento de mercado teve como objetivo avaliar as opções de mobiliário adequadas à Educação Infantil, considerando o uso de recursos federais provenientes de Emenda Parlamentar com destinação específica para compra de mobiliário. A análise técnica e econômica fundamentou-se nos seguintes pontos:

a) Maturidade do Objeto e Soluções de Mercado: Foram identificadas três soluções principais no mercado: mobiliário em madeira maciça (marcenaria convencional), mobiliário em MDF com estrutura de aço e o modelo padronizado pelo FNDE em polipropileno de alta resistência. Identificou-se que o mercado de mobiliário escolar é consolidado, com ampla oferta de fabricantes que atendem às normas de ergonomia para a primeira infância.

b) Critérios Técnicos Considerados: Na avaliação das soluções, foram considerados obrigatoriamente:

- Ergonomia (ABNT NBR 14006 e 14007): Dimensões compatíveis com a estatura de crianças da educação infantil.
- Segurança: Ausência de quinas vivas (bordas arredondadas), materiais atóxicos e estabilidade anti-tombamento.

- Durabilidade e Higienização: Resistência a impactos, umidade e facilidade de limpeza com produtos sanitizantes.

c) Comparação de Alternativas:

- Mobiliário em Madeira: Embora durável, apresenta custo elevado e dificuldade de padronização em larga escala.
- Mobiliário em MDF convencional: Possui menor resistência à umidade e ao uso severo em ambientes escolares, exigindo substituição precoce.
- Modelo Sextavado FNDE (Polipropileno/Aço): Apresentou a melhor relação custo-benefício. O design sextavado permite a integração dos alunos em grupos, favorecendo as diretrizes pedagógicas de interação da Educação Infantil, com material de alta durabilidade e baixo custo de manutenção.

d) Modelo de Contratação: O Sistema de Registro de Preços (SRP) foi identificado como a ferramenta ideal, permitindo a aquisição escalonada conforme a liberação das parcelas do recurso federal (Emenda Parlamentar) e a necessidade de renovação de estoque das unidades escolares.

e) Especialização e Certificações: A escolha exige fornecedores que comprovem certificações do INMETRO e laudos de ensaios laboratoriais para mobiliário escolar, garantindo que o recurso público seja aplicado em produtos que suportem o ciclo de vida estimado de 10 anos.

f) Benchmarking e Metodologia: Analisaram-se atas de registro de preços vigentes de municípios de porte equivalente e do próprio FNDE. Confirmou-se que o Kit de Mesa Sextavada com 6 cadeiras é o padrão de excelência para a organização de salas de aula que visam metodologias colaborativas na infância.

9.2. Da Análise de Inovações (Art. 44 da Lei nº 14.133/2021): A pesquisa buscou inovações como mobiliários modulares flexíveis. Contudo, para a realidade da rede municipal e a necessidade de robustez exigida para a Educação Infantil, o modelo sextavado em aço carbono e polipropileno permanece como a solução técnica mais segura, não havendo inovações tecnológicas (como móveis inteligentes) que justifiquem o incremento de custo neste momento.

9.3. A Secretaria Municipal de Educação possui um histórico de defasagem de mobiliário em salas de Educação Infantil devido ao desgaste natural e ao aumento de vagas. A destinação de recurso de Emenda Parlamentar específica para este fim é a solução identificada para garantir a renovação do parque tecnológico e de

infraestrutura, assegurando que o ambiente de aprendizagem seja indutor do desenvolvimento infantil e não um fator de risco ou desconforto.

9.4. Com base no levantamento, a aquisição de Kits de Mesas Sextavadas com Cadeiras (Padrão FNDE/Educação Infantil) configura-se como a alternativa mais apropriada. Esta solução garante o equilíbrio entre eficiência pedagógica (trabalho em grupo), segurança infantil, durabilidade do bem permanente e conformidade com as exigências de prestação de contas dos recursos federais.

10. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

10.1. Requisitos técnicos

- a) Certidões ou atestados, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços/fornecimento dos projetores equivalente ou superior;
- b) Os atestados de capacidade técnica deverão ser emitidos por Pessoa Jurídica, de direito público ou privado, contendo todas as informações;
- c) Os atestados deverão possuir quantidades mínimas de 10% (dez por cento) da quantidade licitada.

10.2. Requisitos Jurídicos

Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

10.3. Requisitos fiscais e trabalhistas

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria

Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- f) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação da Leis de Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.4. Requisitos Econômico-financeiros

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação;
- b) O licitante que esteja em processo de recuperação judicial, deverá apresentar autorização do juízo competente para sua participação em processo licitatório. Balanço Patrimonial e demonstrativos contábeis, dos dois últimos exercícios (Lei nº 6404/76). Os balanços das Sociedades Anônimas ou por Ações, deverão ser apresentadas em publicações do Diário Oficial. As demais empresas deverão apresentar balanços autenticados e arquivados na Junta Comercial do local da sede da empresa, certificados com Contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, mencionando expressamente o número do livro “Diário”, com o termo de abertura e de encerramento, e as folhas em que cada balanço se acha regularmente inscrito;
- c) A situação financeira da licitante será avaliada através do demonstrativo de cálculo dos índices de liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Endividamento Total (ET), assinado por contador registrado no CRC (Conselho Regional de Contabilidade), os quais deverão ser calculados na forma abaixo e obedecer os seguintes parâmetros: $LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo}}$

Circulante + Exigível a Longo prazo, maior ou igual a 1,0 LC = Ativo Circulante/passivo Circulante, maior ou igual a 1,0 ET = Exigível Total/ Ativo total, menor ou igual a 1,0.

11. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

11.1. A estimativa de preços para a aquisição dos kits de mesas sextavadas foi realizada em estrita observância às diretrizes dos normativos vigentes do Município de Paranaguá e ao Art. 23 da Lei nº 14.133/2021. O procedimento buscou a formação de uma cesta de preços aceitável", em total consonância com o Acórdão nº 3.569/2023 – 2ª Câmara do TCU, priorizando fontes que reflitam a realidade de mercado e a especificidade do objeto para a Educação Infantil.

11.2. Fontes de Pesquisa e Formação da Cesta de Preços: Para a composição do preço referencial, foram utilizados métodos combinados, incluindo:

- Sistema Banco de Preços: Consultas a contratações similares de outros órgãos públicos.
- Cotações Diretas: Pesquisa junto a fornecedores especializados no ramo de mobiliário escolar.
- Contratações Correlatas: Análise de atas e contratos recentes do Município e órgãos da região.

11.3. Conforme orienta a jurisprudência do TCU, a análise dos dados coletados não se limitou à mera média aritmética. Foi aplicado o critério de saneamento da amostra, onde:

- Valores Inexequíveis: Foram descartados preços manifestamente abaixo da realidade de custo industrial, que poderiam comprometer a execução contratual.
- Valores Excessivamente Elevados (Outliers): Foram excluídas as cotações que apresentaram variações desproporcionais e superiores à média do mercado.
- Inconsistentes: Foram descartadas propostas que não atenderam integralmente às especificações técnicas (NBR 14006/14007) ou requisitos de entrega imediata.

11.4. Opção pelo Preço Estimado: A Administração optou pela utilização da Média Saneada (ou Menor dos Valores, caso a amostra apresente alta homogeneidade) como parâmetro para o preço máximo, garantindo a seleção de um valor que assegure a ampla competitividade sem ferir o princípio da economicidade.

11.5. Atesta-se que o valor apurado, devidamente analisado no item 11.7, reflete os preços de mercado para entrega imediata em Paranaguá, estando em conformidade com o planejamento orçamentário da Secretaria e com os recursos da Emenda Parlamentar vinculada.

11.6. Portanto, de acordo com a Instrução Normativa SEGES/ME nº65, de 2021, o valor estimado para a contratação é de **R\$ R\$ 225.650,16 (duzentos e vinte e cinco mil, seiscentos e cinquenta reais e dezesseis centavos).**

11.7. Análise de Custos

11.7.1 A presente análise de custos foi elaborada em conformidade com o disposto no art. 23, §1º, inciso II, da **Instrução Normativa nº 65/2021 da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia**, que dispõe sobre os procedimentos para estimativa de preços nas contratações públicas.

A pesquisa de preços foi realizada com base em **três fontes distintas de referência**, a fim de garantir fidedignidade e transparência na apuração dos valores:

- **Sistema Banco de Preços;**
- **Atas de Registro de Preços vigentes** oriundas de outros entes federativos e órgãos públicos;
- **Cotações diretas** realizadas com fornecedores do ramo, mediante solicitação formal e recebimento de propostas atualizadas.

11.7.2 Os valores coletados foram analisados quanto à compatibilidade técnica dos itens e às condições comerciais equivalentes (frete incluso, garantia e características técnicas idênticas às especificadas).

Conforme o Acórdão 3569/2023 - TCU, descartei os "outliers" (valores etremos):

- Descarte por Inexequibilidade (potencial): O valor de R\$ 1.799,00 (JM Fábrica) foi retirado por estar 35% abaixo da segunda menor cotação, indicando possível não atendimento às normas ABNT/FNDE exigidas.
- Descarte por Valor Excessivo: O valor de R\$ R\$ 4.245,37 (Banco de Preços) foi retirado por estar significativamente acima da média dos demais, para não inflar o orçamento.

11.7.1 Dados da Pesquisa

Fonte da	Valor unitário	Data da	Observações	Selecionado
----------	----------------	---------	-------------	-------------

pesquisa	R\$	Cotação		ou descartado
Banco de Preços	R\$4.245,37	05/11/2025		DESCARTADO
Ata de Registro de Preço do município de Primavera do Leste - MT	R\$ 3324,00	05/11/2025	ARP nº 94/2025 Pregão nº 13/2025	SELECIONADO
Cotação Grapol	R\$ 3143,26	05/11/2025	CNPJ: 51.720.452/0001-89	SELECIONADO
Cotação JM de Fábrica de Cadeiras	R\$ 1.799,00	06/11/2025	CNPJ 19.444.588/0001-09	DESCARTADO
Cotação Pollo de móveis de escritório	R\$ 2934,81	07/11/2025	CNPJ: 12.993.989/0001-60	SELECIONADO

11.7.2 Cálculo do Valor Médio de Referência

Para a definição do preço estimado, adotou-se a **média aritmética** simples dos valores coletados:

Valor	3324,00 + 3143,26 + 2934,81	3.134,03
Médio=	3	

Assim, o Valor Médio de referência unitária para o kit de mesa sextavada é de R\$ 3.134,03.

Considerando a quantidade total de 72 kits, obtém-se o valor global estimado:

$$72 \text{ kits a R\$ } 3.134,03 = \text{R\$ } 225.650,16$$

11.8. Da Publicidade do Orçamento Estimado

11.8.1. Em observância ao princípio da publicidade e da transparência, e com fulcro no **Art. 24 da Lei nº 14.133/2021**, a Administração opta pelo **CARÁTER PÚBLICO** do orçamento estimado para esta contratação.

11.8.2. A divulgação do valor máximo aceitável no edital justifica-se pelos seguintes motivos:

- **Transparência e Controle:** Tratando-se de recursos provenientes de **Emenda Parlamentar**, a publicidade dos valores assegura o controle social e a prestação de contas imediata aos órgãos de fiscalização federal e municipal.
- **Competitividade:** O objeto (mobiliário escolar) possui ampla oferta e padrões de mercado consolidados. A publicidade do valor estimado servirá como balizador

para que os licitantes apresentem propostas exequíveis e competitivas, evitando lances acima da disponibilidade orçamentária da Secretaria.

- **Celeridade:** A ciência prévia do teto orçamentário pela iniciativa privada agiliza a fase de lances do Pregão Eletrônico, reduzindo o risco de desclassificações por preços excessivos e otimizando o tempo processual.

11.9. Conclusão e Justificativa do Valor Estimado

O valor estimado global de **R\$ R\$ 225.650,16 (duzentos e vinte e cinco mil, seiscentos e cinquenta reais e dezesseis centavos)** representa a média de mercado atual para o objeto pretendido, demonstrando-se **compatível com os preços praticados em contratações públicas recentes e adequado à realidade orçamentária vigente.**

A metodologia adotada atende aos princípios da **economicidade, razoabilidade e transparência**, conforme exigências da **Lei nº 14.133/2021**, garantindo a adequada estimativa de custos para a etapa de planejamento da licitação.

Dessa forma, o presente estudo respalda a abertura do processo licitatório para aquisição dos 72 kits de mesas sextavadas, devendo o valor médio obtido ser utilizado como **referência para o preço máximo aceitável** no certame.

12. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

A solução escolhida — **aquisição de 72 kits de mesas sextavadas com cadeiras** — foi definida a partir do processo de planejamento da contratação, observando os princípios e diretrizes da **Lei nº 14.133/2021**, especialmente aqueles relativos à **economicidade, eficiência, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.**

O **método de compra por licitação** foi considerado o **mais adequado** para o atendimento da demanda, tendo em vista que se trata de um **fornecimento padronizado e amplamente disponível no mercado**, o que permite ampla concorrência e transparência na escolha do fornecedor.

A licitação garante:

- **Isonomia entre os fornecedores**, assegurando igualdade de condições de participação (art. 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021);

- **Seleção da proposta mais vantajosa**, por meio de critérios objetivos e previamente definidos no edital (art. 11, inciso I);
- **Promoção do desenvolvimento nacional sustentável**, conforme o disposto no art. 11, inciso IV;
- **Atendimento ao planejamento e à formalização da demanda**, conforme estabelecido nos artigos. 18 a 22 da referida lei e na **IN SEGES/ME nº 65/2021**.

A pesquisa de preços realizada no **Banco de Preços**, em **Atas de Registro de Preços vigentes** e junto a **fornecedores do ramo**, demonstrou que o objeto possui ampla oferta no mercado e variação de valores dentro de margens razoáveis, o que viabiliza a utilização do **procedimento licitatório competitivo**, seja por **Pregão Eletrônico** ou **Concorrência**, conforme definição da etapa subsequente do planejamento.

Optar pela aquisição via licitação, em detrimento de adesão direta ou contratação emergencial, assegura maior **transparência, competitividade e controle de gastos públicos**, além de possibilitar **melhores condições comerciais e redução de custos**, atendendo aos princípios da **legalidade, publicidade e eficiência administrativa**.

Dessa forma, a escolha da solução e do método de compra está devidamente **fundamentada técnica e juridicamente**, alinhada ao planejamento estratégico da instituição e à legislação vigente, sendo a licitação o instrumento mais apropriado para garantir **a economicidade e a regularidade do processo de aquisição** dos mobiliários escolares.

13. PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Conforme o disposto no **art. 40 da Lei nº 14.133/2021**, a Administração deve, sempre que possível, **parcelar a contratação** com o objetivo de ampliar a competitividade e possibilitar a participação do maior número de fornecedores, desde que o parcelamento **não comprometa a economia de escala** nem a **padronização do objeto**.

No caso em análise, referente à **aquisição de kits de mesas sextavadas com cadeiras**, conclui-se **pela não adoção do parcelamento da contratação**, pelos seguintes motivos técnicos e administrativos:

1. **Padronização do mobiliário escolar**: A unidade educacional necessita que os móveis apresentem **padrão único de cor, material, dimensões e acabamento**, de modo a assegurar **uniformidade visual e funcional** nas salas de aula. A fragmentação da compra poderia resultar em divergências de especificação entre os lotes, comprometendo a harmonia e a compatibilidade do mobiliário.

2. **Racionalização do processo de aquisição:** A condução de um único certame reduz **custos operacionais e administrativos**, simplifica o acompanhamento contratual e facilita a **logística de entrega e montagem**, evitando multiplicidade de fornecedores e eventuais conflitos de cronograma.

3. **Aproveitamento da economia de escala:** A aquisição integral tende a resultar em **preço unitário mais vantajoso**, uma vez que o volume total pode gerar **melhores condições comerciais** e descontos quantitativos junto aos fabricantes e distribuidores.

4. **Natureza homogênea do objeto:** O bem a ser adquirido é **padronizado e de mesma tipologia**, não havendo justificativa técnica para o fracionamento, visto que todos os kits possuem especificações idênticas e destinam-se à mesma finalidade educacional.

Dessa forma, a contratação será conduzida **em lote único**, representando a totalidade dos 72 kits, com fundamento no **princípio da economicidade**, da **eficiência administrativa** e na **vedação ao fracionamento indevido da despesa**, conforme os artigos. 18, 40 e 42 da **Lei nº 14.133/2021**.

14. JUSTIFICATIVA PARA NÃO INCLUSÃO DE COTAS RESERVADAS

Nos termos do **art. 72 da Lei nº 14.133/2021** e do **Decreto nº 8.538/2015**, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às **microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP)**, a Administração Pública deve, sempre que possível, estabelecer **cotas reservadas ou participação exclusiva** em licitações, desde que **a natureza do objeto e a competitividade do mercado** o permitam.

No entanto, no presente caso — **aquisição de 7 kits de mesas sextavadas com cadeiras escolares** —, **não se vislumbra viabilidade técnica e econômica** para a adoção de cotas reservadas, pelos seguintes motivos:

1. **Objeto de natureza padronizada e fornecimento integral:** O objeto é composto por **kits completos (mesa + cadeiras)**, devendo apresentar **padrão único de cor, material, acabamento e ergonomia**, a fim de garantir **uniformidade e compatibilidade** entre os mobiliários das salas de aula. O fracionamento do fornecimento entre diferentes fornecedores poderia comprometer a padronização, a garantia e a entrega unificada.

2. **Risco à eficiência logística e à garantia contratual:** A divisão em cotas poderia implicar **múltiplos fornecedores**, gerando **dificuldades na**

logística de entrega e montagem, além de **responsabilidades fragmentadas** quanto à garantia dos produtos, o que contraria o princípio da eficiência administrativa.

3. **Mercado fornecedor especializado e de escala industrial:**

A fabricação de mobiliário escolar sextavado demanda **estrutura produtiva industrial e certificações técnicas específicas (ex: normas ABNT NBR 14006 e 14007)**, o que restringe o número de microempresas aptas a atender isoladamente o objeto, prejudicando a competitividade do certame.

4. **Preservação da economicidade e da vantajosidade:**

A contratação em lote único tende a gerar **melhores condições de preço unitário**, devido ao ganho de escala. O uso de cotas poderia elevar o custo global da contratação, contrariando o princípio da **proposta mais vantajosa para a Administração**, previsto no **art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**.

Diante do exposto, **não será adotado o regime de cotas reservadas ou participação exclusiva**, por inexistirem condições técnicas que garantam a viabilidade, a padronização e a economicidade da contratação. Essa decisão fundamenta-se nos princípios da **eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa**, conforme os artigos. **11, 18, 40 e 72 da Lei nº 14.133/2021**, e está devidamente justificada no contexto do planejamento da licitação.

15.IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação foi planejada sob a ótica do Consumo Sustentável, considerando o ciclo de vida dos bens e o impacto gerado em cada fase da aquisição:

15.1. Extração e Produção (Impactos Indiretos): A produção de mobiliário escolar envolve o uso de aço, polímeros (plástico) e derivados de madeira. Para mitigar impactos na origem, o Termo de Referência exigirá:

- **Certificação de Origem:** Exigência de que os componentes de madeira possuam certificação de origem legal (DOF/IBAMA, FSC ou CERFLOR), evitando o fomento ao desmatamento ilegal.
- **Atoxicidade:** Exigência de pintura eletrostática a pó (isenta de solventes nocivos) e componentes plásticos atóxicos, garantindo a segurança dos alunos e reduzindo a emissão de Compostos Orgânicos Voláteis (COVs).

15.2. Distribuição e Entrega (Impactos Diretos): A entrega imediata de 72 kits gera resíduos sólidos provenientes das embalagens (plásticos bolha, papelão, fitas e paletes).

Medida Mitigadora: A empresa contratada será responsável pela Gestão de Resíduos de Instalação, devendo recolher e dar destinação ambientalmente adequada a todos os resíduos de embalagens gerados no ato da montagem nas unidades escolares, vedado o descarte no lixo comum das instituições.

15.3. Fase de Uso (Eficiência e Durabilidade): O maior impacto ambiental positivo nesta contratação é a durabilidade.

Medida Mitigadora: Ao optar por materiais de alta resistência (aço carbono e polipropileno virgem), a Administração estende o ciclo de vida do produto para aproximadamente 10 anos. Isso reduz a necessidade de novas compras a curto prazo, diminuindo a pressão sobre os recursos naturais e a geração de resíduos por descarte precoce.

15.4. Fim de Vida Útil e Descarte (Logística Reversa): Ao final da vida útil dos kits, o mobiliário apresenta alto índice de reciclabilidade.

Medida Mitigadora: O Município de Paranaguá, por meio de sua política de gestão de patrimônio e meio ambiente, priorizará a alienação via leilão para reciclagem ou o encaminhamento das estruturas metálicas e plásticas para cooperativas de reciclagem licenciadas, garantindo que os materiais retornem à cadeia produtiva em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

16. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a aquisição dos 72 kits de mesas sextavadas, a Secretaria Municipal de Educação de Paranaguá busca atingir os seguintes resultados:

- **Melhoria dos Índices de Aprendizagem:** Proporcionar um ambiente ergonomicamente adequado, reduzindo o desconforto físico dos alunos da Educação Infantil e favorecendo a concentração e o engajamento nas atividades pedagógicas.
- **Fomento à Metodologia Colaborativa:** O design sextavado das mesas permite a integração física dos alunos em grupos, facilitando a interação social, o

trabalho em equipe e o desenvolvimento de competências socioemocionais, conforme as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

- **Garantia da Segurança e Saúde Escolar:** Substituir mobiliários avariados ou com quinas vivas por itens certificados pela ABNT, mitigando riscos de acidentes e garantindo que o mobiliário suporte o uso severo sem oferecer perigo às crianças.
- **Eficiência na Gestão de Recursos Federais:** Executar integralmente o recurso proveniente de Emenda Parlamentar, demonstrando eficiência administrativa na aplicação de verbas vinculadas e garantindo o retorno imediato do investimento à comunidade escolar.
- **Otimização da Infraestrutura Física:** Sanar o déficit de mobiliário nas instituições de ensino, permitindo a abertura de novas turmas e a ampliação da oferta de vagas na rede municipal, atendendo à demanda crescente de matrículas.
- **Padronização e Durabilidade:** Estabelecer um padrão de qualidade e estética visual nas salas de aula, facilitando futuras manutenções e garantindo um ciclo de vida útil prolongado (estimado em 10 anos), o que gera economia a longo prazo para o erário municipal.

17. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Atendendo ao disposto no **art. 11, inciso IV**, e no **art. 25 da Lei nº 14.133/2021**, bem como no **Decreto nº 7.746/2012**, esta contratação observará critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, com vistas à promoção do **desenvolvimento nacional sustentável**. Considerando a natureza do objeto — **mobiliário escolar sextavado com cadeiras** — adotar-se-ão as seguintes diretrizes e critérios de sustentabilidade:

Sustentabilidade Ambiental

- **Origem legal da madeira** utilizada na fabricação das mesas e cadeiras, devidamente comprovada por meio de **Documento de Origem Florestal (DOF)** ou certificação ambiental reconhecida, como o **FSC (Forest Stewardship Council)** ou **CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal)**;
- Preferência por **materiais recicláveis ou reciclados** (plástico, aço ou madeira recomposta), conforme as especificações técnicas permitirem;

- Utilização de **tintas e vernizes à base de água**, livres de metais pesados e substâncias tóxicas;
- Exigência de **embalagens recicláveis ou retornáveis**, reduzindo o volume de resíduos sólidos;
- Estímulo a processos de **produção e transporte de baixo impacto ambiental**, com otimização logística e menor emissão de gases de efeito estufa.

18. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

18.1. Não se aplica.

19. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

19.1. Estratégia de Fornecimento e Urgência Operacional: A solução consiste na aquisição de conjuntos de mobiliário escolar (mesas sextavadas e cadeiras), projetados especificamente para a Educação Infantil, visando garantir ergonomia, segurança e funcionalidade pedagógica. O fornecimento abrange a entrega dos bens, a montagem e a logística de distribuição nas unidades escolares. **Diante do déficit de mobiliário identificado nas instituições, a entrega deverá ocorrer de forma imediata e integral após a emissão da Nota de Empenho**, assegurando o pleno funcionamento das atividades pedagógicas. O ciclo de vida estimado é de 10 (dez) anos, utilizando materiais de alta resistência (polipropileno e aço com tratamento anticorrosivo).

19.2. Modalidade de Licitação e Forma de Contratação: A contratação será realizada mediante **Pregão, na forma eletrônica**, nos termos do art. 28, inciso I, e art. 29 da Lei nº 14.133/2021. Optou-se pela **licitação para entrega imediata e única** (em detrimento do Registro de Preços), considerando que a demanda é urgente e os quantitativos foram precisamente dimensionados para sanar o déficit atual. Este modelo garante que o recurso federal (Emenda Parlamentar) seja aplicado de forma célere, revertendo-se prontamente em benefício direto aos Centros Municipais de Educação Infantil.

19.3. Garantia e Subcontratação: Dada a baixa complexidade do fornecimento de bens permanentes, não será exigida garantia de execução (art. 96). A subcontratação será vedada, uma vez que a execução do objeto exige que a empresa vencedora detenha o controle direto sobre a qualidade técnica, montagem e as certificações (Inmetro/ABNT) do mobiliário entregue.

19.4. Recebimento e Pagamento: O recebimento seguirá o rito do art. 140 da Lei nº 14.133/2021:

- **Provisório:** No ato da entrega, para conferência de quantidades e integridade física.
- **Definitivo:** Em até 05 (cinco) dias úteis após a montagem, após verificação técnica da conformidade com as normas de ergonomia e segurança. Os prazos de pagamento serão detalhados no Termo de Referência, vinculados à aceitação definitiva do objeto.

19.5. Sustentabilidade e Conformidade Técnica: A solução incorpora critérios de sustentabilidade (art. 11, IV), exigindo o uso de materiais recicláveis, tintas atóxicas e madeira com certificação de origem legal (DOF/FSC). O mobiliário deve atender rigorosamente às normas **ABNT NBR 14006 e 14007**, garantindo a segurança física dos alunos da Educação Infantil.

19.6. Natureza dos Bens (Bens Comuns): O objeto é classificado como **bem comum**, conforme o art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, pois possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, o que ratifica a obrigatoriedade do uso da modalidade **Pregão**.

19.7. Vedação a Artigos de Luxo: Em observância ao art. 20 da Lei nº 14.133/2021, declara-se que os conjuntos escolares não se classificam como bens de luxo, tratando-se de itens essenciais com padrão de qualidade estritamente necessário para atender às exigências ergonômicas e pedagógicas.

19.8. Requisitos de Habilitação e Qualificação: As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e de qualificação econômico-financeira seguirão os arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021. A Qualificação Técnica exigirá a comprovação de aptidão para o fornecimento de mobiliário escolar em quantidades compatíveis, além de certificações de conformidade dos produtos.

19.9. Estado dos Materiais: Todos os materiais entregues deverão ser **obrigatoriamente novos (primeiro uso)**, fabricados conforme as especificações de cor, material e dimensões delineadas nos instrumentos de planejamento (ETP e TR).

18.10. Atuação no Ramo e Julgamento: Os licitantes deverão comprovar atuação no ramo de atividade pertinente ao objeto. O julgamento será pelo critério de **menor**

preço, conduzido sob os princípios da publicidade, eficiência e celeridade, visando a solução imediata do déficit de infraestrutura escolar.

20. MAPEAMENTOS DE RISCOS

20.1. Em conformidade com o disposto na **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e do Decreto 4319/2023**, realizou-se o mapeamento dos riscos relacionados à presente contratação, com o objetivo de **identificar, avaliar e propor medidas preventivas e corretivas** que assegurem a efetividade e a economicidade do processo de aquisição dos **kits de mesas sextavadas com cadeiras escolares**.

Objetivo do Mapeamento

- Garantir a entrega dos bens conforme as especificações técnicas, prazos e quantidades definidas, evitando atrasos, inexecução contratual, fornecimento inadequado ou prejuízos à Administração Pública.
- Possibilitar o monitoramento e a atuação preventiva por parte da fiscalização contratual.

20.3. Matriz de Riscos

Risco Identificado	Causa Provável	Impacto Esperado	Probabilidade / Impacto	Medidas Preventivas e de Contingência
Levantamento incorreto da demanda	Falha na comunicação entre escolas e SEMEDI; erro na contagem de alunos.	Quantidade insuficiente de kits ou ociosidade de material.	Média / Alta	Preventiva: Conferência dos dados de matrícula do Censo Escolar e validação por memorando dos gestores dos CMEIs. Contingência: Remanejamento de lotes entre unidades conforme prioridade.
Divergência de valores (Sobrepreço ou Subestimativa)	Instabilidade de mercado ou pesquisa de preços deficiente.	Licitação deserta/fracassada ou risco de dano ao erário.	Média / Média	Preventiva: Utilização de "Cesta de Preços" saneada (Acórdão 3569/23-TCU) e consulta ao Pannel de Preços. Contingência: Reavaliação da planilha de custos e republicação do edital.
Falhas nas especificações técnicas	Omissão de normas ABNT ou exigências de luxo/restritivas.	Entrega de produtos frágeis/inseguros ou impugnação do edital.	Baixa / Alta	Preventiva: Indicação expressa de conformidade com ABNT NBR 14006/14007 no Termo de Referência. Contingência: Retificação imediata do instrumento convocatório.
Ausência de propostas vantajosas	Baixa competitividade ou falhas documentais dos licitantes.	Atraso no cronograma de aparelhamento das salas de aula.	Média / Média	Preventiva: Ampla divulgação em jornais e portais oficiais; simplificação de exigências meramente formais.

Risco Identificado	Causa Provável	Impacto Esperado	Probabilidade / Impacto	Medidas Preventivas e de Contingência
				Contingência: Prorrogação do prazo ou repetição do certame com novos atrativos.
Atraso na entrega dos produtos	Problemas logísticos do fornecedor ou falta de insumos (aço/polímero).	Manutenção do déficit crítico de mobiliário e prejuízo pedagógico.	Média / Alta	Preventiva: Exigência de declaração de capacidade logística e cláusula de entrega imediata em edital. Contingência: Aplicação de sanções administrativas e convocação do remanescente (2º colocado).
Produtos fora das especificações	Falha no controle de qualidade do fabricante; uso de material inferior.	Risco à integridade física dos alunos e devolução do lote.	Baixa / Alta	Preventiva: Exigência de apresentação de amostra ou laudos técnicos do INMETRO antes do aceite. Contingência: Rejeição do item defeituoso e notificação para substituição imediata sob pena de multa.
Falhas na comunicação e fiscalização	Ausência de designação formal ou falta de registro de ocorrências.	Inexecução parcial do contrato sem as devidas sanções.	Média / Média	Preventiva: Designação formal de Fiscal e Gestor por Portaria; treinamento básico sobre a Nova Lei de Licitações. Contingência: Readequação da fiscalização e apuração de responsabilidade funcional.
Ausência de assistência ou garantia	Encerramento de atividades da empresa ou má fé do fornecedor.	Prejuízo financeiro com reparos precoces de itens defeituosos.	Baixa / Média	Preventiva: Exigência de garantia mínima de 12 meses e prova de regularidade técnica. Contingência: Execução de seguro-garantia (se houver) ou acionamento judicial do CNPJ fornecedor.

20.4. Gerenciamento de Riscos na Execução

Conforme o **Art. 186 do Decreto nº 4.319/2023**, a gestão de riscos não se encerra na fase de planejamento. O Fiscal do Contrato deverá manter registro atualizado sobre intercorrências, notificando imediatamente a Secretaria de Educação caso qualquer um dos riscos acima se materialize, acionando as medidas de contingência previstas nesta ETP.

20.5. Alocação de Riscos

Fica estabelecido que os riscos relativos à variação de preços de insumos (aço/polipropileno) e logística são de **responsabilidade exclusiva da contratada**, não cabendo reequilíbrio econômico-financeiro por flutuações ordinárias de mercado, dado o caráter de entrega imediata do objeto.

21. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Para a plena execução da solução e o alcance dos resultados pretendidos, a equipe de planejamento e os setores competentes da SEMEDI deverão adotar as seguintes providências:

21.1. Pré-licitatórias e Editalícias:

- **Ajuste Orçamentário:** Verificar a correta vinculação do recurso da Emenda Parlamentar à dotação orçamentária de bens permanentes para o exercício de 2026.
- **Crêterios de Aceitação:** Inserir no Termo de Referência a exigência de apresentação de laudos técnicos e certificados (ABNT/INMETRO) no ato da entrega, como condição para o recebimento definitivo.
- **Segregação de Funções:** Designar formalmente o Agente de Contratação e a Equipe de Apoio que conduzirão o Pregão Eletrônico.

21.2. Logísticas e Operacionais (Entrega Imediata):

- **Cronograma de Distribuição:** Elaborar mapa detalhado de entrega por unidade escolar (CMEIs), com endereços e horários de funcionamento, para repasse ao fornecedor vencedor no momento da Nota de Empenho.
- **Fiscalização de Recebimento:** Designar formalmente, por meio de portaria, o Fiscal do Contrato e os fiscais setoriais (diretores de escola) que realizarão a conferência e o ateste dos bens.
- **Espaço para Montagem:** Instruir as unidades escolares a reservarem espaço físico adequado para a recepção dos materiais e para o trabalho da equipe de montagem da contratada.

21.3. Gestão Patrimonial:

- **Tombamento:** Coordenar com o setor de Patrimônio do Município o emplaquetamento imediato dos bens após o recebimento definitivo, garantindo o controle do inventário escolar.
- **Descarte de Resíduos:** Orientar as unidades escolares sobre a fiscalização quanto ao recolhimento e destinação ambientalmente adequada das embalagens pela empresa contratada (logística reversa).

21.4. Gestão de Pessoal:

- **Capacitação:** Orientar os auxiliares de limpeza e professores sobre os cuidados na higienização do polipropileno, evitando solventes que possam comprometer a durabilidade dos tampos e assentos.

22. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Após a análise técnica da demanda, da estimativa de quantidades, da pesquisa de preços realizada no **Sistema Banco de Preços**, das atas vigentes e das cotações obtidas junto a fornecedores do setor, conclui-se que **a contratação para aquisição de 72 (setenta e dois) kits de mesas sextavadas com cadeiras escolares** apresenta-se **viável, oportuna e vantajosa** para a Administração Pública.

A solução proposta **atende plenamente à necessidade identificada** nas unidades escolares, garantindo a substituição e ampliação do mobiliário existente, com **melhor aproveitamento do espaço físico, adequação ergonômica e melhoria da ambiência pedagógica**.

O levantamento de mercado e o mapeamento de riscos demonstram **condições favoráveis de fornecimento**, com ampla oferta de fornecedores, **viabilidade técnica de execução** e **compatibilidade orçamentária** com os recursos disponíveis.

Foram observados os **critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica**, bem como os princípios da **eficiência, economicidade, legalidade e transparência**, previstos na **Lei nº 14.133/2021** e no **Decreto nº 7.746/2012**.

Dessa forma, declara-se **viável a contratação proposta**, recomendando-se a continuidade do processo para **elaboração do Termo de Referência e abertura do procedimento licitatório**, a fim de assegurar a aquisição do mobiliário escolar nas condições mais vantajosas para a Administração.

23. DOS ANEXOS

ANEXO 1- PLANILHA DESCRITIVA E QUANTITATIVA

Item	Descrição	Quantidade
01	Kits de Mesas Sextavadas com 6 cadeiras cada.	72

Paranaguá, 10 de março de 2026.

Thiago Casas do Nascimento
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral
Decreto 1443/2025

TERMO DE REFERÊNCIA

2. DO OBJETO

- Aquisição de 72 (setenta e dois) kits de mesas sextavadas com 6 (seis) cadeiras escolares, destinados às unidades de ensino da rede municipal, visando atender às demandas de infraestrutura física e pedagógica das escolas e atendendo aos padrões de ergonomia e qualidade do FNDE (Padrão Educação Infantil) e normas ABNT.

2. Fundamentação Legal e Objetivo da Contratação

A presente contratação tem como base a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, especialmente os dispositivos que tratam da fase preparatória e do planejamento das contratações públicas (arts. 12, 18, 23 e 40).

Observa-se, ainda, o disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, que estabelece regras e diretrizes para a elaboração dos documentos de formalização de demanda e do termo de referência, bem como os princípios da economicidade, eficiência, transparência e vantajosidade da Administração Pública.

O presente Termo de Referência visa definir de forma clara e objetiva os elementos técnicos, administrativos e orçamentários necessários à contratação, permitindo à Administração:

- d) Planejar adequadamente a despesa pública;
- e) Garantir a aquisição de bens com qualidade e compatibilidade com as necessidades das escolas;
- f) Assegurar o uso racional dos recursos públicos; e
- g) Promover a padronização e modernização do mobiliário escolar, em conformidade com as normas de segurança e ergonomia aplicáveis.

A contratação tem por objetivo atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, no tocante à aquisição de 72 (setenta e dois) kits de mesas sextavadas com 6 (seis) cadeiras escolares, destinados às unidades de ensino da rede pública municipal de Paranaguá, de modo a proporcionar melhores condições de trabalho e aprendizagem, fortalecendo práticas pedagógicas colaborativas e ambientes mais adequados ao desenvolvimento dos estudantes.

3. Descrição do Objeto e Escopo da Contratação

O presente Termo de Referência tem por objeto a **aquisição de 72 (setenta e dois) kits de mesas sextavadas com 6 (seis) cadeiras escolares**, conforme especificações técnicas detalhadas e quantitativos descritos neste documento, destinados ao uso nas salas de aula das unidades escolares da rede municipal de ensino.

A aquisição tem como finalidade atender à demanda de ampliação e substituição do mobiliário escolar, de forma a proporcionar melhores condições de conforto, ergonomia e funcionalidade para os alunos e professores, em consonância com as metodologias ativas de ensino que priorizam o trabalho colaborativo e a interação em grupo.

Os kits deverão ser novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de fabricação, acabamento e montagem, e deverão atender às normas técnicas aplicáveis, especialmente:

- g) **ABNT NBR 14006:2008** — Mobiliário escolar – Cadeiras e mesas – Dimensões funcionais;
- h) **ABNT NBR 15860:2010** — Mobiliário escolar – Requisitos e métodos de ensaio;
- i) **ABNT NBR ISO 9001** — Sistema de gestão da qualidade (quando aplicável ao fabricante).

Cada kit deverá compreender:

- d) 01 (uma) **mesa sextavada** com tampo em MDF revestido em laminado melamínico, bordas arredondadas em PVC, estrutura metálica tubular com pintura epóxi, e pés com sapatas niveladoras antiderrapantes;
- e) 06 (seis) **cadeiras escolares** com assento e encosto anatômicos em polipropileno injetado, estrutura metálica em tubo de aço com pintura epóxi, e altura compatível com o padrão para a educação infantil (faixa e Aquisição de 72 (setenta e dois) kits tária de 3 a 5 anos).

Conforme o levantamento de mercado do ETP, prioriza-se o modelo em polipropileno de alta resistência e aço, devido à maior durabilidade e facilidade de higienização em relação ao MDF convencional.

A empresa contratada será responsável por:

- Fornecer os produtos em conformidade com as especificações técnicas e quantidades estabelecidas;
- Realizar o transporte, entrega e montagem dos móveis no endereço indicado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Garantir o fornecimento de produtos novos, sem defeitos e devidamente embalados;
- Cumprir os prazos estabelecidos e observar as condições de segurança durante o processo de entrega e instalação.

A entrega dos mobiliários será realizada no almoxarifado indicado pela Secretaria Municipal de Educação, com acompanhamento e fiscalização designada pela Administração.

4. Especificações Técnicas Detalhadas dos Itens

LOTE 1	
DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL LOTE
Aquisição de 72 (setenta e dois) kits de mesas sextavadas com 6 (seis) cadeiras escolares	R\$ 225.650,16

Item	Descrição Técnica	Unidade de Medida	Quantidade	Observações/Normas
1	Mesa Sextavada Infantil Estrutura em tubo de aço carbono com diâmetro mínimo de 1" e espessura mínima de 1,2 mm , soldada e com pintura eletrostática a pó (epóxi). Tampo sextavado em MDF de 18 mm , revestido em laminado melamínico de alta resistência , com bordas arredondadas em perfil de PVC rígido colado por sistema termofusão. Dimensões aproximadas do tampo: diâmetro de 1,00 m a 1,10 m , altura entre 46 cm e 52 cm , adequadas à faixa etária de 3 a 5 anos. Pés com sapatas plásticas niveladoras e antiderrapantes .	Unidade	72	Deve atender à ABNT NBR 14006:2008 (classe 1) e à ABNT NBR 15860:2010 .
2	Cadeiras Escolares Infantis (3 a 5 anos) Assento e encosto anatômicos em polipropileno injetado de alta resistência , com cantos arredondados e superfície lisa. Estrutura metálica tubular em aço carbono com pintura epóxi a pó, soldada e de fácil higienização. Altura do assento: 26 cm a 30 cm do piso, compatível com mesas da classe 1 (Educação Infantil). Pés com sapatas plásticas antiderrapantes e estabilidade reforçada.	Unidade	432	Devem atender à ABNT NBR 14006:2008 (classe 1) e à ABNT NBR 15860:2010 .

Requisitos Gerais de Qualidade

- 24.** Produtos novos, de primeiro uso e livres de defeitos;
- 25.** Materiais não tóxicos, laváveis e de fácil limpeza, adequados ao ambiente infantil;
- 26.** Estruturas com bordas e cantos arredondados, garantindo segurança no manuseio e uso;
- 27.** Garantia mínima de 12 (doze) meses a contar do recebimento definitivo;
- 28.** O fabricante deverá possuir **certificação ISO 9001** ou equivalente;

29. Entrega e montagem deverão ocorrer no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação.

5. Justificativa da Contratação

A presente contratação visa atender às necessidades das unidades escolares de Educação Infantil da rede municipal de ensino, no que tange à adequação e modernização do mobiliário escolar, especialmente no atendimento às turmas de crianças de 3 a 5 anos de idade.

O mobiliário atualmente disponível encontra-se, em grande parte, inadequado às dimensões ergonômicas e às demandas pedagógicas da faixa etária, apresentando desgaste natural pelo tempo de uso, ausência de padronização e, em alguns casos, comprometimento da segurança e conforto dos estudantes.

A aquisição dos kits de mesas sextavadas e cadeiras infantis **permitirá** qualificar os ambientes de aprendizagem, oferecendo condições adequadas para o desenvolvimento integral das crianças, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 5/2009), 00036que destacam a importância de espaços físicos planejados, seguros e acolhedores.

As mesas sextavadas, por sua forma e dimensões, favorecem a interação entre as crianças, promovendo atividades cooperativas e o desenvolvimento das habilidades sociais, cognitivas e motoras. Já as cadeiras anatômicas infantis asseguram conforto e postura adequada durante o uso, contribuindo para o bem-estar físico e o engajamento nas práticas pedagógicas.

A contratação também atende ao princípio da eficiência administrativa, previsto no art. 37 da Constituição Federal, ao promover a racionalização dos recursos públicos e a melhoria da infraestrutura escolar, elementos fundamentais para o aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem.

Além disso, a padronização do mobiliário escolar infantil facilita a manutenção, o armazenamento e a reposição de peças, garantindo uniformidade estética e funcional entre as unidades da rede.

Dessa forma, a aquisição proposta é imprescindível para assegurar ambientes seguros, acessíveis e pedagogicamente adequados, impactando diretamente na qualidade da oferta da Educação Infantil no município.

6. Fundamentação do Preço e Estimativa de Custos

Para a definição da estimativa de custos desta contratação, foi realizada pesquisa de preços com base em fontes oficiais e de mercado, conforme orientações contidas na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que dispõe sobre o procedimento para elaboração dos estudos técnicos preliminares e termos de referência.

6.1. Fontes de Pesquisa

A pesquisa de preços considerou as seguintes referências:

- **Sistema Banco de Preços;**

- **Atas de Registro de Preços vigentes** de outros entes públicos (registro nacional);
- **Cotações diretas** com fornecedores especializados em mobiliário escolar.

As fontes utilizadas são reconhecidas como meios legítimos e adequados para a apuração do valor estimado, garantindo transparência e rastreabilidade das informações.

Fonte da pesquisa	Valor unitário R\$	Observações
Banco de Preços	R\$4245,37	
Ata de Registro de Preço do município de Primavera do Leste - MT	R\$ 3324,00	ARP nº 94/2025 Pregão nº 13/2025
Cotação Grapol	R\$ 3143,26	CNPJ: 51.720.452/0001-89
Cotação JM Fábrica de Cadeiras	R\$ 1.799,00	CNPJ 19.444.588/0001-09
Cotação Pollo móveis de escritório	R\$ 2934,81	CNPJ: 12.993.989/0001-60

6.3. Valor Médio de Referência

O valor médio obtido, após a consolidação dos dados de mercado, e excluindo o valor mais alto e o mais baixo, foi de aproximadamente:

R\$ 3.134,03 (três mil, cento e trinta e quatro reais e três centavos) por kit completo (mesa sextavada + 6 cadeiras infantis).

Com base na quantidade estimada de 72 (setenta e dois) kits, o valor global estimado da contratação é de:

R\$ R\$ 225.650,16 (duzentos e vinte e cinco mil, seiscentos e cinquenta reais e dezesseis centavos).

As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Termo de Referência correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação, participante da Ata de Registro de Preços.

Quando da contratação, para fazer face à despesa, será emitida declaração do Ordenador de Despesa de que a mesma tem adequação orçamentária e financeira com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, acompanhada da nota de empenho expedida pelo setor contábil do órgão ou Entidade interessados.

Para o atendimento da despesa proveniente deste processo, são indicadas as seguintes dotações orçamentárias:

Referência dotação	Órgão	Unidade	Função	Ação	Elemento	Vínculo
1692	11	02	12	2082	3449052000000000000	1648

7. Forma de Execução e Prazos

7.1. Forma de Execução

A execução do objeto será realizada **mediante fornecimento e entrega dos kits de mesas sextavadas com cadeiras infantis**, nas quantidades e especificações estabelecidas neste Termo de Referência, **abrangendo todas as etapas necessárias** para o cumprimento integral da obrigação contratual, incluindo:

Transporte, descarga, entrega, e montagem dos itens no almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação;

Fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários para a perfeita execução do serviço;

Acondicionamento adequado dos produtos durante o transporte e armazenamento, assegurando a integridade física até o recebimento definitivo;

Embalagem individual e proteção adequada contra impactos, umidade e poeira;

Assistência técnica e substituição de peças ou itens defeituosos durante o período de garantia.

A execução será acompanhada e fiscalizada pela equipe técnica designada pela Secretaria Municipal de Educação, que **verificará a conformidade dos materiais entregues** e elaborará o **termo de recebimento provisório e definitivo**.

7.2. Prazos de Entrega e Montagem

Prazo máximo para início da entrega: até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da **Nota de Empenho** ou assinatura do contrato;

Prazo total para conclusão da entrega e montagem: até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o recebimento da Nota de Empenho;

Entrega parcelada: poderá ser aceita **desde que previamente autorizada** pela Administração, observando a disponibilidade das unidades escolares e o cronograma de recebimento.

7.3. Locais de Entrega

A entrega e montagem dos kits deverão ocorrer no **almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, localizado na Rua Alberto Gomes Veiga, 897, Vila Horizonte - Paranaguá, Paraná - CEP 83.206-355**, das 08:00 às 17:00 horas de segunda-feira a sexta-feira.

7.4. Recebimento dos Bens

O recebimento dos mobiliários ocorrerá em duas etapas, conforme o art. 141 da **Lei nº 14.133/2021**:

Recebimento Provisório: para efeito de verificação da conformidade dos produtos com o Termo de Referência;

Recebimento Definitivo: após a conferência final e aprovação da equipe técnica responsável, lavrando-se o respectivo termo de recebimento.

8. Obrigações da Contratada e da Contratante

8.1. Obrigações da Contratada

A empresa vencedora da licitação, doravante denominada **Contratada**, deverá observar integralmente as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual, sendo de sua exclusiva responsabilidade:

Fornecer os produtos novos, de primeiro uso, em conformidade com as especificações técnicas e quantidades estabelecidas;

Efetuar o transporte, entrega e montagem dos mobiliários nas unidades escolares designadas, por conta e risco próprios;

Garantir que todos os materiais empregados sejam **não tóxicos, laváveis e seguros para uso infantil**;

Embalagem, manuseio e transporte adequados, de modo a evitar danos durante o percurso até o destino final;

Substituir, **sem ônus para a Administração**, qualquer item que apresente defeitos de fabricação, avarias ou não atenda às especificações estabelecidas;

Prestar assistência técnica durante o prazo de garantia de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo;

Cumprir rigorosamente os **prazos de entrega e montagem**;

Manter durante toda a execução do contrato **todas as condições de habilitação e qualificação** exigidas no processo licitatório;

Responsabilizar-se por **danos causados ao patrimônio público, servidores ou terceiros**, em decorrência de sua atuação;

Atender prontamente às solicitações da fiscalização designada pela Secretaria Municipal de Educação.

8.2. Obrigações da Contratante

Compete à **Secretaria Municipal de Educação**, doravante denominada **Contratante**, o cumprimento das seguintes responsabilidades:

Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução do objeto contratual, por meio de servidor ou comissão designada;

Fornecer à Contratada todas as informações necessárias à correta execução dos **serviços e entregas**;

Disponibilizar acesso ao Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação nos horários previamente acordados para entrega e montagem;

Receber provisoriamente os produtos, procedendo à conferência de conformidade com as especificações;

Emitir o termo de recebimento definitivo, após a verificação da integridade e qualidade dos produtos;

Efetuar o **pagamento devido**, conforme prazos e condições estabelecidas em contrato;

Comunicar formalmente à Contratada **qualquer irregularidade ou não conformidade** observada durante a execução do contrato.

9. Critérios de Sustentabilidade Ambiental

Atendendo ao disposto no **art. 11, inciso IV**, e no **art. 25 da Lei nº 14.133/2021**, bem como no **Decreto nº 7.746/2012**, esta contratação observará critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, com vistas à promoção do **desenvolvimento nacional sustentável**. Considerando a natureza do objeto — **mobiliário escolar sextavado com cadeiras** — adotar-se-ão as seguintes diretrizes e critérios de sustentabilidade:

- **Origem legal da madeira** utilizada na fabricação das mesas e cadeiras, devidamente comprovada por meio de **Documento de Origem Florestal (DOF)** ou certificação ambiental reconhecida, como o **FSC (Forest Stewardship Council)** ou **CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal)**;
- Preferência por **materiais recicláveis ou reciclados** (plástico, aço ou madeira recomposta), conforme as especificações técnicas permitirem;
- Utilização de **tintas e vernizes à base de água**, livres de metais pesados e substâncias tóxicas;
- Exigência de **embalagens recicláveis ou retornáveis**, reduzindo o volume de resíduos sólidos;
- Estímulo a processos de **produção e transporte de baixo impacto ambiental**, com otimização logística e menor emissão de gases de efeito estufa.

9.1 A contratação foi planejada sob a ótica do Consumo Sustentável, considerando o ciclo de vida dos bens e o impacto gerado em cada fase da aquisição:

9.1.1 Extração e Produção (Impactos Indiretos): A produção de mobiliário escolar envolve o uso de aço, polímeros (plástico) e derivados de madeira. Para mitigar impactos na origem, o Termo de Referência exigirá:

- Certificação de Origem: Exigência de que os componentes de madeira possuam certificação de origem legal (DOF/IBAMA, FSC ou CERFLOR), evitando o fomento ao desmatamento ilegal.
- Atoxicidade: Exigência de pintura eletrostática a pó (isenta de solventes nocivos) e componentes plásticos atóxicos, garantindo a segurança dos alunos e reduzindo a emissão de Compostos Orgânicos Voláteis (COVs).

9.1.2. Distribuição e Entrega (Impactos Diretos): A entrega imediata de 72 kits gera resíduos sólidos provenientes das embalagens (plásticos bolha, papelão, fitas e paletes).

Medida Mitigadora: A empresa contratada será responsável pela Gestão de Resíduos de Instalação, devendo recolher e dar destinação ambientalmente adequada a todos os resíduos de embalagens gerados no ato da montagem nas unidades escolares, vedado o descarte no lixo comum das instituições.

9.1.3. Fase de Uso (Eficiência e Durabilidade): O maior impacto ambiental positivo nesta contratação é a durabilidade.

Medida Mitigadora: Ao optar por materiais de alta resistência (aço carbono e polipropileno virgem), a Administração estende o ciclo de vida do produto para aproximadamente 10 anos. Isso reduz a necessidade de novas compras a curto prazo, diminuindo a pressão sobre os recursos naturais e a geração de resíduos por descarte precoce.

9.1.4. Fim de Vida Útil e Descarte (Logística Reversa): Ao final da vida útil dos kits, o mobiliário apresenta alto índice de reciclabilidade.

Medida Mitigadora: O Município de Paranaguá, por meio de sua política de gestão de patrimônio e meio ambiente, priorizará a alienação via leilão para reciclagem ou o encaminhamento das estruturas metálicas e plásticas para cooperativas de reciclagem licenciadas, garantindo que os materiais retornem à cadeia produtiva em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

10. Mapeamento e Análise de Riscos

Em conformidade com o disposto na **Lei nº 14.133/2021**, a Administração realizou o mapeamento e a análise dos principais riscos que podem comprometer a execução contratual. O objetivo é **identificar preventivamente os eventos de risco, avaliar sua probabilidade e impacto, e definir medidas de mitigação**, garantindo maior segurança e eficiência na execução da contratação.

A seguir, apresenta-se o quadro de identificação e análise de riscos:

Etapa	Risco Identificado	Causa Provável	Probabilidade	Impacto	Classificação do Risco	Medidas Preventivas / Mitigadoras	Ações Corretivas	Responsável pelo Monitoramento
Planejamento	Levantamento incorreto da demanda	Falha na comunicação entre escolas e setor de compras	Média	Alto	Médio-Alto	Validação prévia das informações pelas unidades escolares e coordenação pedagógica	Revisar e ajustar o quantitativo antes da licitação	Setor de Planejamento da SME
Planejamento	Pesquisa de preços insuficiente	Fontes limitadas ou desatualizadas	Média	Médio	Médio	Utilizar múltiplas fontes (Painel de Preços, atas, cotações)	Repetir pesquisa conforme norma	Comissão de Licitação
Licitação	Falta de competitividade no certame	Poucos fornecedores habilitados	Baixa	Alto	Médio	Ampla divulgação e descrição técnica não restritiva	Reabertura do processo com ajustes técnicos	Pregoeiro e equipe de apoio
Contratação	Atraso na assinatura do contrato	Pendências documentais do fornecedor	Média	Médio	Médio	Conferência antecipada da documentação exigida	Convocar segundo colocado	Setor Jurídico e CPL
Execução	Atraso na entrega dos móveis	Problemas logísticos do fornecedor	Alta	Alto	Alto	Incluir cronograma e penalidades em edital	Aplicação de sanções e replanejamento da entrega	Fiscal do Contrato
Execução	Entrega de produtos fora das especificações	Falha no controle de qualidade	Média	Alto	Médio-Alto	Descrição técnica detalhada e amostras	Rejeição dos itens e substituição	Comissão de Recebimento
Execução	Danos durante o transporte	Embalagem inadequada	Média	Médio	Médio	Exigir transporte adequado e seguro	Solicitar substituição imediata	Fiscal do Contrato
Fiscalização	Falhas no recebimento e conferência	Ausência de fiscalização técnica	Média	Alto	Médio-Alto	Designar fiscal com conhecimento técnico	Revisão e termo de recebimento provisório	SME – Setor de Patrimônio
Pós-contrato	Dificuldade de reposição ou garantia	Falta de cláusulas claras de assistência técnica	Baixa	Médio	Baixo	Inserir cláusula de garantia mínima de 12 meses	Acionar garantia e substituir itens defeituosos	

10.1. Conclusão da Análise de Riscos

A análise demonstra que os riscos identificados **são gerenciáveis e mitigáveis** por meio de mecanismos adequados de controle, fiscalização e gestão contratual. Dessa forma, a contratação apresenta **baixo risco residual, sendo viável quanto à execução e à conformidade legal e operacional**.

11. Gestão e Fiscalização do Contrato

A execução do contrato deverá ser **acompanhada e fiscalizada permanentemente** por servidores designados pela Administração, com vistas a assegurar o cumprimento integral das condições pactuadas e a conformidade dos bens entregues às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

A fiscalização será exercida sob os seguintes princípios e responsabilidades:

11.1. Designação do Gestor e do Fiscal do Contrato

A autoridade competente da Secretaria Municipal de Educação designará, por meio de **Portaria**, um **Gestor do Contrato**, responsável pela supervisão global da execução contratual.

Será também designado um **Fiscal Técnico**, preferencialmente servidor da área de infraestrutura ou patrimônio, encarregado de verificar a **quantidade, qualidade e conformidade dos mobiliários entregues**.

O **Fiscal Administrativo** acompanhará os aspectos documentais, prazos, pagamentos e comunicações formais entre as partes.

11.2. Competências do Gestor do Contrato

O Gestor do Contrato é responsável por:

Garantir a conformidade da execução com o objeto contratado;

Manter atualizada toda a documentação relativa à execução contratual;

Coordenar a atuação dos fiscais e consolidar relatórios de acompanhamento;

Adotar providências para correção de falhas ou irregularidades verificadas;

Comunicar à autoridade competente qualquer intercorrência que possa comprometer a execução do contrato.

FISCAL: Joel Caetano dos Santos Junior **Matrícula** 10987-01

FISCAL: SUBSTITUTO: Jaqueline Velloso da Cruz **Matrícula** 95115-01

11.3. Competências do Fiscal Técnico

Compete ao Fiscal Técnico:

Verificar se os mobiliários entregues correspondem às especificações técnicas e quantitativas do contrato;

Registrar em relatório próprio eventuais não conformidades;

Acompanhar o transporte, a descarga e a instalação dos kits nas unidades escolares;

Emitir **termo de recebimento provisório e definitivo** dos bens, conforme previsto na legislação.

11.4. Comunicação e Registros

Toda comunicação entre a contratada e os fiscais deverá ocorrer **por escrito ou via sistema oficial de gestão de contratos**, de forma a garantir a rastreabilidade das informações e das medidas adotadas.

11.5. Responsabilidade da Contratada

A empresa contratada é responsável por:

Cumprir integralmente as condições pactuadas no contrato;

Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros durante a execução;

Garantir a substituição, sem ônus adicional, de quaisquer itens que apresentem defeitos ou divergências com as especificações.

12. Vigência e Garantia Contratual

12.1. Vigência Contratual

O contrato decorrente desta licitação terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante justificativa formal da Administração e interesse público devidamente comprovado, observados os limites legais previstos no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

Durante o período de vigência, a contratada deverá cumprir integralmente todas as obrigações, incluindo o fornecimento, transporte, descarregamento e entrega dos mobiliários nas unidades escolares indicadas pela Secretaria Municipal de Educação.

12.2. Prazo de Execução

O prazo máximo para entrega total dos 72 (setenta e dois) kits de mesas sextavadas com cadeiras será de até 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da emissão da nota de

empenho ou assinatura do contrato, conforme definido em cronograma aprovado pela Administração.

12.3. Garantia Contratual

A contratada deverá fornecer garantia mínima de 12 (doze) meses sobre os móveis fornecidos, contados a partir do recebimento definitivo. Durante o período de garantia, a contratada se compromete a substituir ou reparar, sem ônus para a Administração, quaisquer itens que apresentem defeitos de fabricação, materiais ou montagem.

A não observância dessas condições poderá acarretar a aplicação de penalidades previstas em contrato e legislação vigente.

12.4. Recebimento dos Bens

O recebimento dos kits de mobiliários ocorrerá em duas etapas:

5. Recebimento provisório – mediante conferência física e documental dos itens entregues;
6. Recebimento definitivo – após verificação da conformidade com as especificações técnicas e assinatura do termo de recebimento definitivo.

13. Forma de Pagamento e Reajuste

13.1. Condições de Pagamento

O pagamento será efetuado em parcela única, após o recebimento definitivo dos bens e a devida comprovação da entrega integral dos 72 (setenta e dois) kits de mesas sextavadas com cadeiras, conforme especificações técnicas constantes deste Termo de Referência.

O pagamento será realizado mediante:

- Apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato;
- Regularidade fiscal e trabalhista da contratada junto aos órgãos competentes;
- Comprovação da entrega e aceitação formal dos produtos pela Administração.

O prazo máximo para pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de atesto da nota fiscal, observadas as disposições legais aplicáveis à execução orçamentária e financeira do ente público.

13.2. Forma de Liquidação

A liquidação da despesa observará as etapas previstas no art. 63 da Lei nº 4.320/1964, consistindo na verificação do direito adquirido pela contratada, com base em:

- Comprovação documental da entrega dos bens;
- Atesto da conformidade pelo fiscal técnico;

- Certidões negativas de débitos exigidas por lei.

13.3. Reajuste de Preços

Considerando tratar-se de contrato de fornecimento com entrega única e prazo de execução inferior a 12 (doze) meses, não haverá aplicação de reajuste de preços.

Em caso de prorrogação contratual por interesse da Administração, eventual reajuste somente poderá ocorrer após o transcurso de 12 meses da data limite para apresentação da proposta, conforme o disposto no art. 134 da Lei nº 14.133/2021, utilizando-se como índice de correção o IPCA/IBGE ou outro que venha a substituí-lo.

13.4. Penalidades por Atraso no Pagamento

Eventuais atrasos de pagamento que não decorram de culpa da contratada ensejarão a atualização monetária do valor devido, com base nos índices oficiais aplicáveis à Administração Pública, conforme previsto no contrato e na legislação vigente.

Com isso, estão definidos os parâmetros financeiros que asseguram regularidade orçamentária, previsibilidade contratual e equilíbrio econômico-financeiro da execução.

14. Declaração de Viabilidade Técnica e Econômica da Contratação

Após a análise técnica, orçamentária e operacional, conclui-se que a presente contratação é viável sob os aspectos técnico, econômico e jurídico, atendendo plenamente às necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

O objeto — aquisição de 72 (setenta e dois) kits de mesas sextavadas com cadeiras escolares, destinados às unidades de ensino da rede municipal — demonstra-se essencial para a melhoria das condições pedagógicas, contribuindo para:

- Adequação do mobiliário às faixas etárias das crianças de 3 a 5 anos;
- Conformidade com as normas ergonômicas e de segurança;
- Ampliação da capacidade de atendimento e conforto nas salas de aula.

A estimativa de preços foi fundamentada em pesquisa de mercado, consultas ao Painel de Preços do Governo Federal, atas de registros vigentes e cotações diretas com fornecedores, assegurando a compatibilidade com os valores praticados no mercado e o princípio da economicidade.

Do ponto de vista técnico, o objeto possui especificações claras, padronizadas e compatíveis com as exigências do ambiente escolar, sendo plenamente possível sua aquisição e utilização imediata nas unidades beneficiadas.

O levantamento de riscos demonstrou que os eventos adversos potenciais são mitigáveis, mediante mecanismos adequados de acompanhamento e fiscalização contratual.

Assim, verifica-se que a contratação:

- Atende ao interesse público e às diretrizes de melhoria da infraestrutura educacional;
- Respeita os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- Apresenta viabilidade técnica, operacional e econômica, garantindo o melhor custo-benefício para a Administração.

Diante do exposto, declara-se a viabilidade técnica e econômica da contratação, recomendando-se a continuidade dos trâmites para a abertura do processo licitatório correspondente.

Paranaguá, 23 de março de 2026.

Thiago Casas do Nascimento
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral
Decreto 1443/2025

ANEXO II

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 2 (duas) horas, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

1.1 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no portal <https://pncp.gov.br/>, e os documentos abaixo descritos, salvo os já estejam contemplados e válidos no referido certificado:

A documentação de habilitação referida neste Capítulo do Título II da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 poderá ser:

a) substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;

b) dispensada, total ou parcialmente, nos termos do inciso III do art. 70 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

b.1) No caso do item b deverá ser anexada aos autos a motivação visando demonstrar a adequação para a dispensa total ou parcial de documentos de habilitação, considerando que tal opção poderá impactar na aferição da aptidão dos futuros licitantes.

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.4.1.1 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.4.1.2 para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

1.4.1.3 os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.4.1.3.1 as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.5.1 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o(s) lote(s) arrematado(s).

1.5.1.1 Entende-se por compatibilidade das características, o fornecimento de objeto compatível com a natureza e a complexidade dos itens licitados neste certame.

1.6 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V).

1.7 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, além de Declaração escrita sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 12, parágrafo único, do Decreto Municipal n.º 2.474, de 2015).

1.7.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.7.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.8 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.9 Na hipótese do item 1.7.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.10 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.11 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

ANEXO III
MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx Ano: xxx

1 DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor:		Inscrição Estadual :	
CNPJ/CPF :			
Endereço :			
Bairro:		Cidade:	Estado:
CEP:			
Telefone:	Fax:	e-mail:	
Banco:	Agência:	Conta-corrente:	

Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual Aquisição de 72 (setenta e dois) kits de mesas sextavadas com 6 (seis) cadeiras escolares, destinados às unidades de ensino da rede municipal, visando atender às demandas de infraestrutura física e pedagógica das escolas.

1. Especificações técnicas:

LOTE 1 DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL LOTE R\$
Aquisição de 72 (setenta e dois) kits de mesas sextavadas com 6 (seis) cadeiras escolares		

2. A validade da proposta é de 90 (noventa) dias.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

4. O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratar-se de “operação interna”, conforme estabelece o Convênio ICMS n.º 26, de 2003 - CONFAZ.

4.1 as empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS 26, de 2003 - CONFAZ deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

4.2 para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 4 e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital.

5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

6. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal

ANEXO IV

1 MODELO DE PROCURAÇÃO¹

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX,, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º XXXX/XXXX, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE

1 A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5. DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Que sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Ou

() Não se aplica ou não se enquadra neste item 5.

6. DECLARAÇÃO LGPD

Que para os fins deste, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
 - 1.2. referentes a participações societárias;
 - 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
 - 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
 - 1.5. estado civil;
 - 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
 - 1.7. relações de parentesco;
 - 1.8. número de telefone;
 - 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
 - 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.
2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.
3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data.

Nome do representante legal

ANEXO VI

ÓRGÃOS PARTICIPANTES E LOCAIS DE ENTREGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
Local de entrega: Almoxarifado da Secretaria de Educação e Ensino Integral de Paranaguá /Pr.
Horário de Funcionamento: 08h00min às 17h00min de segunda a sexta-feira.

O endereço das Secretarias pode ser consulta no sítio oficial do município de Paranaguá:

<https://www.paranagua.pr.gov.br/endereco-secretarias.pdf>

ANEXO VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º	PROTOCOLO N.º xx.xxx/2025
DATA DE PUBLICAÇÃO:	VALIDADE DA ATA:

O Município de Paranaguá, localizado Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, Paranaguá/Paraná, aqui representado pelos que abaixo infra-assinam, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 4.319/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º XXXX/XXXX, homologado pelas autoridades competentes, para a futura e a eventual **Aquisição de 72 (setenta e dois) kits de mesas sextavadas com 6 (seis) cadeiras escolares**, destinados às unidades de ensino da rede municipal, visando atender às demandas de infraestrutura física e pedagógica das escolas, conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participante (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços para a futura e a eventual **Aquisição de 72 (setenta e dois) kits de mesas sextavadas com 6 (seis) cadeiras escolares**, destinados às unidades de ensino da rede municipal, visando atender às demandas de infraestrutura física e pedagógica das escolas, conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com o artigo 289 do Decreto n.º 4.319/2023, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

Adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Lote 1	Descrição do objeto	Exigências complementares	Quant	Unid	Valor Unitário	Valor Total
Item 1						

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 1 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com

efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

4.1 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1 A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Municipal nº 4.319/2023, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Municipal.

5.1.1 A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

5.1.2 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do **índice IPCA/IBGE**, acumulado nos últimos 12 meses, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

5.1.2.1 O reajuste deverá ser requerido pelo contratado do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

5.1.2.2 O transcurso do período citado no item 5.1.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

6.1.1. for liberado;

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.2 No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

6.3 O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

6.4 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

7.1.1 pelo decurso do prazo de vigência;

7.1.2 pelo cancelamento de todos os preços registrados;

7.1.3 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

7.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do disposto no art. 307 do Decreto n.º 4.319/2023.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Portal da transparência (Licitações) e publicação do resumo no Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1 Constituem obrigações do Fornecedor:

9.1.1 assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

9.1.3. manter as condições de habilitação;

9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

10. Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:

10.1. tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

10.2. emitir a ordem de compra no sistema próprio, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;

10.3. verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, sobretudo em relação aos valores praticados, bem como assegurar-se que a contratação a ser feita ainda atenda aos seus interesses, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;

10.4 zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;

10.5 registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;

10.6 providenciar as publicações no Portal Nacional de contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do Município e no Diário Oficial dos Municípios, quando couber.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES OU INGRESSANTES

11.1 Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade do Município de Paranaguá/PR que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata, observado o disposto nos arts. 314 e 316 do Decreto n.º 4.319/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA

12.1 Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme o previsto no § 4.º do art. 298 do Decreto Municipal n.º 4.319/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Paranaguá – Estado do Paraná.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE

14.1 O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial dos Municípios do estado Paraná, conforme o disposto no § 1.º do art. 298 do Decreto Municipal n.º 4.319/2023.

14.2 A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Município:
<https://paranagua.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais#conteudo>.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

O Pregão Eletrônico nº XXXX/XXXX é realizado pelo Pregoeiro Anderson Luiz Fernandes, designado pelo Decreto n.º 1.203/2025, publicado no DOM de 08/09/2025.

Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

NOME DO SECRETÁRIO(A)
Secretário(a) Municipal de(o)

Anderson Luiz Fernandes
Pregoeiro

FORNECEDORES

LOTE/ Item	CLASSIFICAÇÃO	RAZÃO SOCIAL	REPRESENTANTE LEGAL
01	1.º		
02	1.º		
03	1.º		

Anexo da Ata de Registro de Preços
Cadastro de Reserva

PROCESSO LICITATÓRIO PE 032/2026

PROTOCOLO xx.xxx/202x

FORNECEDOR			
CNPJ - NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	xxxx	
X	R\$ xx,xx	xxxx	

FORNECEDOR			
CNPJ – NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	xxxx	
X	R\$ xx,xx	xxxx	

ANEXO VIII

MINUTA PADRÃO – CONTRATO DE FORNECIMENTO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [XXXXXXXX]

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ/PR, com sede na Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, Paranaguá-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 76.017.458/0001-15, neste ato representado pelo(s) Secretário(s) Municipais que abaixo infra-assina(m).

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o nº XXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o nº XXXXXXXX, portador da carteira de identidade nº XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, e-mail XXXXXXXX e telefone XXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 4.319/2023, pelo edital do Pregão Eletrônico nº 032/2026 – SRP nº 024/2026 (protocolo nº 28.701/2025) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

Aquisição de 72 (setenta e dois) kits de mesas sextavadas com 6 (seis) cadeiras escolares, destinados às unidades de ensino da rede municipal, visando atender às demandas de infraestrutura física e pedagógica das escolas, conforme descrito no Termo de Referência.

Lote	XXXX	Descrição do objeto	Exigências complementares	Unidade	Quant	Valor unitário	Valor total
1	Item 1					R\$	R\$

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico nº 032/2026, objeto do processo administrativo nº xx.xxx/2026, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial dos Municípios nº XXXXXXXX, de XXXXXXXX e conforme ato de autorização nas fls. [XXXX] deste protocolo.

3 FORMA DE FORNECIMENTO:

Os bens deverão ser fornecidos, conforme descrito no Termo de Referência.

4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

4.2 O valor total do contrato é de R\$ XXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO).

4.3 No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

5. DO REAJUSTE.

5.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA/IBGE como índice de atualização, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

5.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

5.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

5.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

5.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto Municipal n.º 4.319/2023.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 4.319/2023.

6.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

6.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

7.1 Os bens deverão ser entregues no local (Anexo VI), na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo I), que integra o presente contrato para todos os fins.

7.2 O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no Termo de Referência.

7.3 O recebimento definitivo será feito no prazo de até 20 (vinte) dias da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências.

7.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8 FONTE DE RECURSOS:

8.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Referência dotação	Órgão	Unidade	Função	Ação	Elemento	Vínculo
1797	11	02	12	2082	34490520000000000000	1648

9 VIGÊNCIA:

9.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados de __/__/__ a __/__/__, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e art.299 do Decreto Municipal nº 4.319/2023.

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10. cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.1.11. adotar as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:

10.1.11.1 Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

10.1.11.2 Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

10.1.11.3 Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

10.1.11.4 Os bens não conterão substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira.

11.2 O pagamento será mediante apresentação da nota fiscal detalhada, acompanhada das respectivas ordens de autorizações, devidamente atestada pelo(a) Secretário(a) Municipal requisitante e pelo(a) fiscal de contrato, observado os termos do Decreto Municipal nº 683/2018, dentro de 30 (trinta) dias após o encaminhamento da mesma através de crédito em conta-corrente à agência bancária, constantes na proposta de preços do PROMITENTE FORNECEDOR.

11.2.1 É de responsabilidade da Contratada a emissão da Nota Fiscal compatível com o objeto da presente licitação. Em caso de divergência entre o objeto desta licitação e a Nota Fiscal, todas as responsabilidades e possíveis custos gerados com a adequação do documento ficarão a cargo da CONTRATADA, e o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data da apresentação da Nota Fiscal correta, caso em que não será devida nenhuma atualização financeira.

11.2.2 A Prefeitura Municipal de Paranaguá reserva o direito de não atestar a Nota Fiscal/Fatura para o pagamento caso os materiais fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências contidas neste Edital e seus anexos

11.3 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada no prazo supramencionado a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.4 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.5 O prazo estabelecido no item 11.2 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.5.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.6 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

13. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

13.1 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao fim do prazo da garantia legal.

13.2 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

13.3 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

13.4 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

13.5 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

13.6 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

13.7 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

13.8 Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

13.9 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

13.10 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

13.11 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto Municipal n.º 4.319, de 17 de janeiro 2023, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

14.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Municipal 4.319/2023;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Municipal 4.319/2023;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Municipal 4.319/2023;

14.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Municipal nº 4.319/2023.

14.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública municipal, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

14.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impõe a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

14.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

14.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 4.319/2023. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

14.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 4.319/2023.

14.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

14.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

14.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública municipal.

15. CASOS DE EXTINÇÃO:

15.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

15.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

15.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

15.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

15.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

15.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

15.4 O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

16. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

16.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

16.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

16.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16.3 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

16.4 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

16.5 Não será admitida a subcontratação do fornecimento.

16.6 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Municipal n.º 6.474, de 2020.

17.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Municipal n.º 6.474, de 2020.

17.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

17.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

18.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto Municipal n.º 4.319/2023 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

18.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial dos Municípios e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência (Licitações e Contratos).

18.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Paranaguá – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome: